

# APRESENTAÇÃO

Depois de dois anos e meio de um intenso trabalho coordenado pelo IRICE, o grupo de pesquisa em Diplomacia Ambiental da USP concluiu um levantamento original dos compromissos assumidos pelo Brasil em mais de 60 normas internacionais e quinze acordos ambientais, avaliando o grau de cumprimento deles pelos sucessivos governos brasileiros desde 1992 até o momento. Os normativos ambientais foram reunidos em três eixos temáticos - mudança climática, proteção à natureza e produtos químicos, organizados em oito capítulos. O trabalho é original no sentido de que nem governo, nem organizações não governamentais dispõem de um levantamento atualizado de tudo o que o Brasil fez ou deixou de fazer na área ambiental, que hoje se transformou em uma questão central para muitos governos, como a União Europeia, os EUA e cada vez mais a China.

O objetivo do trabalho é oferecer uma análise isenta do cumprimento dos referidos acordos por meio de um rigoroso processo de exame da legislação (leis, decretos, regulamentos) e de políticas com impacto no meio ambiente e na mudança do clima. A partir desse exame, o trabalho mostra o cumprimento completo ou parcial dos compromissos e também os pontos em que houve descumprimento.

A necessidade de se estruturar uma governança no nível internacional tem transformado a questão do Meio Ambiente em uma das mais relevantes da agenda multilateral. Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, houve uma proliferação de acordos de gestão de recursos naturais entre países. Hoje o meio ambiente já é a segunda área com maior número de acordos internacionais no mundo (atrás apenas de comércio internacional).

O tema do meio ambiente entrou definitivamente na agenda global. Diante do cenário político atual, são crescentes as ameaças de prejuízo para o setor do agronegócio, tanto pela possibilidade de boicote de consumidores quanto pela crescente influ-

ência da política ambiental sobre as negociações comerciais. As percepções críticas no exterior têm como foco a Amazônia. Sem efetiva repressão, os ilícitos, com as queimadas, o desmatamento e o garimpo, inclusive em terras indígenas, estão sendo alvo de condenação no mundo inteiro. Informações distorcidas e meias verdades se misturaram a fatos comprovados ampliando as consequências negativas para os nossos interesses comerciais e políticos. As recentes manifestações no mundo todo, sobretudo de jovens, para sensibilizar os governos a tomar medidas para evitar as grandes alterações no clima com o aumento da temperatura no planeta, incluem a preocupação com a preservação da Floresta Amazônica. A Amazônia e a Bioeconomia passaram a fazer parte da agenda política nacional. E mais cedo ou mais tarde, deverá haver uma mudança na retórica oficial e a política ambiental voltará a ser uma prioridade para o governo brasileiro por convicção ou razões pragmáticas.

As declarações e algumas ações do governo estão acarretando uma rápida deterioração da percepção externa sobre o Brasil. Para mudar os rumos do que está ocorrendo na política ambiental, seria importante reafirmar os compromissos assumidos nos acordos internacionais, os quais, acompanhados de ações afirmativas concretas permitiriam sair da atual posição defensiva. A política ambiental se transformou em um instrumento de política comercial por parte de muitos países, em especial na União Europeia.

A taxa de carbono, se implementada, colocará obrigações ambientais para a exportação de produtos agrícolas para a Europa. O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia incluiu capítulo sobre Desenvolvimento Sustentável com novos compromissos que o Brasil deverá cumprir e que serão verificáveis por nossos parceiros europeus. O descumprimento dos dispositivos do acordo poderá acarretar boicotes e mesmo a restrição de importação de produtos agrícolas nacionais.

A falta de uma completa e independente evidenciação interna dos compromissos internacionais assumidos pelos diferentes governos brasileiros nas últimas décadas e a crescentemente percepção externa negativa sobre as políticas ambientais do atual governo, criam uma incerteza adicional para o setor produtivo, em especial do agro-negócio, apesar dos esforços privados na conservação do meio ambiente, como a moratória da soja, compromisso em que a indústria se compromete voluntariamente a não comprar soja de áreas desflorestadas do bioma Amazônia, em vigor desde 2008. O trabalho visa a suprir essa lacuna e poderá ser utilizado para mostrar os aspectos positivos e negativos do cumprimento ou descumprimento dos acordos pelo Brasil.

Como está refletido no trabalho, o Brasil não está mal na fotografia, e este estudo poderá ser um instrumento valioso para o governo e para o setor privado na defesa do interesse nacional e na recuperação da credibilidade do país, substancialmente deteriorada externamente. Fica muito claro, contudo, que ainda há muito a ser feito para colocar o Brasil novamente como um protagonista nas discussões bilaterais e nos fóruns internacionais sobre meio ambiente. O trabalho também oferece um roteiro para que, a partir de 2023, meio ambiente seja colocado no centro, como prioridade, na política externa brasileira.

Em paralelo à publicação deste livro, o levantamento da Diplomacia Ambiental está sendo tornado público através da publicação de seus resultados por meio de E-Book no Portal interesse nacional ([www.interessenacional.com.br](http://www.interessenacional.com.br))

Cumprimento a professora Wânia Duleba e sua equipe pelo trabalho original de pesquisa realizado com sucesso e que estou certo terá grande repercussão no meio acadêmico e entre os que se interessam pelas questões de meio ambiente e mudança de clima. Uma palavra de reconhecimento também a Ronaldo Seroa da Motta, Adriana Ramos, Antonio Jorge Camardelli e André Nassar por terem comentado alguns dos textos agora publicados. E ao embaixador André Aranha Correa do Lago pela Introdução do livro. Finalmente, um agradecimento especial a Ronaldo Veirano, que apoiou o projeto de publicação do Livro Diplomacia Ambiental com o respaldo financeiro da Veirano Advogados. Muito obrigado a todos.

Rubens Barbosa,

Presidente do IRICE

Inverno de 2022

